

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO № 002/2010 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

MARCIANO RAVANELLO, Prefeito Municipal de Arroio do Tigre, através da Secretaria da Administração, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO, sob regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, em conformidade com a Lei nº 11.350/06, de 05 de outubro de 2006 e Lei nº 2.063/10, de 20 de julho de 2010, para provimento de vagas do emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com a execução técnico-administrativa da empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, pelo Decreto 2.287/10, de 23 de julho de 2010 - Regulamento de Concursos e pelas demais disposições legais vigentes.e pelas demais disposições legais vigentes.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas deste Processo Seletivo Público dar-se-á com a afixação no Painel de Publicações da Prefeitura Municipal e/ou seus extratos serão publicados no Jornal "Gazeta da Serra" de Sobradinho e nas rádios "Gazeta FM", "Geração FM", "Jacuí FM" e "Sobradinho AM". Também em caráter meramente informativo na internet, pelo site **www.objetivas.com.br**

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do presente Processo Seletivo Público.

CAPÍTULO I - DOS EMPREGOS E VAGAS

1.1. DAS VAGAS:

- 1.1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes, de acordo com a tabela de emprego abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade do Processo Seletivo Público.
- 1.1.2. A habilitação no Processo Seletivo Público não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

1.1.3. Tabela de Emprego:

Emprego	Vagas Legais	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o emprego na contratação	Carga Horária Semanal	Vencimento setembro/10 R\$	Valor de Inscrição R\$
Agente Comunitário de Saúde	25	 Ensino Fundamental Completo; (1) Haver concluído com aproveitamento curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Saúde; (2) Residir na área da comunidade em que atuar; 	40 horas	510,00	25,00

⁽¹⁾ Não se aplica a exigência da conclusão do Ensino Fundamental aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde nos termos do § 1º, do Art. 6º, da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Deverá ainda o candidato, na data da contratação, apresentar Certidão fornecida pelo município, que comprove o exercício da atividade desde a publicação da medida provisória º 297, de 09 de junho de 2006.

⁽²⁾ Para o exercício da atividade o Agente Comunitário de Saúde deverá haver concluído, com aproveitamento, Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada. O Município proporcionará aos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, que não estavam exercendo as atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde, o curso de qualificação básica, devendo os candidatos concluir o referido curso com aproveitamento satisfatório, como condição para que se efetive a contratação, sendo que as contratações observarão a ordem de classificação no Processo Seletivo Público.





1.1.4. DA LOCALIZAÇÃO e ABRANGÊNCIA das MICROÁREAS:

MICROÁREAS ESF URBANO:

MICROÁREA	ABRANGÊNCIA
01	* <u>Bairro Santa Fé</u> em toda sua extensão;
	* Bairro Felicidade tendo como limite:
	Oeste – Rua Dom Guilherme Muller (entre as ruas Costa e Silva e Leopoldo Rech) Norte - Rua Costa e Silva
	Sul – Rua Leopoldo Rech
02	* Bairro Felicidade tendo como limite:
02	Oeste – Rua Dom Guilherme Muller (entre as ruas Pedro Andrés e Leopoldo Rech)
	- Rua Leopoldo Rech
	* Bairro Industrial tendo como limite:
	Oeste – Rua Maria de Lourdes Seitenfus (entre a rua Irmãs Franciscanas de Bonladen e divisa)
	* Bairro Centro tendo como limite
	Leste – Rua Dom Guilherme Muller (tendo como limite ao Sul Rua Pedro Andrés)
	- Rua Capitão Paulino Billig
	Sul – Rua Irmãs Franciscanas de Bonladen (entre as ruas Maria de Lourdes Seitenfus e Reinaldo
	Horácio)
	- Praça Ivo Mainardi
03	* Bairro Industrial tendo como limite:
	Leste – Rua Maria de Lourdes Seitenfus
	Oeste – Rua João Hammerschmiit
	Norte – Rua João Drachler (entre as ruas Maria de Lourdes Seitenfus e João Hammerschmitt) * Bairro Centro tendo como limite:
	Oeste – Rua Willy Heringer
	Leste – Rua Padre Afonso Diehl (entre as ruas Irmãs Franciscanas de Bonladen e Rua 25 de Julho)
	Sul – Rua 25 de Julho (entre Rua Willy Heringer e Rua Padre Afonso Diehl)
04	* Bairro Rutzen tendo como limite:
	Leste – Rua Willy Heringer (entre as ruas João Limberger e 25 de Julho)
	Oeste – Rua Martin Lutero (entre as ruas João Limberger e 25 de Julho)
	Sul – Rua 25 de julho (entre as ruas Willy Heringer e Martin Lutero)
	* Bairro Industrial
	Norte – Rua João Limberger (entre as ruas Willy Heringer e Martin Lutero)
05	* Bairro Industrial tendo como limite:
	Leste – Rua João Hammerschmitt (entre as ruas João Drachler e João Limberger)
	Norte – Rua João Drachler (entre a Rua João Hammerschmitt e Arroio Tigre)
	Sul – Rua João Limberger (entre a Rua João Hammerschmitt e Arroio Tigre) * <u>Bairro São Francisco</u> tendo como limite:
	Norte – Rua João Drachler
06	* Bairro Industrial
	Sul – Rua João Drachler (leste da rua Maria de Lourdes Seitenfus)
	* Bairro São Francisco
	Sul – Rua João Drachler
	* Bairro Limberger
	- Rua João Drachler até a RST 481
	- Rua Armindo Soder

MICROÁREAS EACS

MICROÁREA	ABRANGÊNCIA		
07	* Bairro Bela Vista:		
	- Rua João Carlos Schroeder		
	- Rua José Brixner		
	* Bairro Mohr tendo como limite:		
	Sul – da Residência de Eraci Finkler (entre RST 481 e Arroio Tigre)		
	Oeste – Arroio Tigre		
	Leste – RST 481		





08	* Bairro Bela Vista tendo como limite:
	Norte – ruas Pedro Pasa e Jacob Pasa (entre Arroio Tigre e RST 481)
	Oeste – RST 481 (entre as ruas Jacob Pasa e João Carlos Schroeder) e Rua João Goulart
	Leste – Arroio Tigre
	Sul – atrás Rua João Carlos Schroeder e residência de Romeu Speth.
09	* <u>Bairro Mohr</u> tendo como limite:
	Norte – da residência de Eleno Djalma Rosa
	Sul – trevo acesso ao município
	Oeste – RST 481 (entre o trevo e a residência de Vilma B. Correa)
	* <u>Bairro Harmonia</u> tendo como limite:
	Norte – da residência de Osmar Ferraz
	Sul – Rua Afonso Frederico Weber
10	* <u>Linha Cereja</u>
	* <u>Linha Santa Cruz</u> até a residência de Vanderlei Jank (divisa município Segredo)
	* <u>Linha São José</u> até a residência de Franciele Schneider Baierle (divisa município Segredo)
	* <u>Linha Turvo</u> até a residência de Márcia Seibert e Elemar Schneider (divisa município Segredo)
	* <u>Linha Serrinha</u>
	* Morro da Lentilha até o Salão Comunitário
11	* Entrada Taquaral da residência de Eugênio Burin até a residência de João Haas (ambos os
	lados da estrada geral)
	* <u>Linha São Roque</u> até residência de Validio Raminelli.
	* <u>Linha Lambedor</u>
	* <u>Linha Guabirova</u> do Cemitério Católico até a residência de Pedro Wagner
12	* Linha Ocidental estrada geral, ambos os lados, da residência de Egon Schneider até a
	residência de Cecilia Jank.
	* <u>Linha Floresta</u> lado Norte da estrada geral da residência de Pedrinho Forster até a residência de
	Daniva Toebe.
	* Linha Ressaca
13	* <u>Linha Paleta</u> tendo como divisa: Rio Jacuizinho, Rio lagoão e Rio Jaquirana.
	* <u>Vila Progresso</u>
	RST 481 da residência de Vilma Schneider (Rio Jaquirana) até o Rio Jacuizinho.
	OBS.: No lado leste da RST 481 do Rio Jaquirana até a sede da Vila Progresso somente os
	moradores que residem à beira da rodovia.
14	* <u>Vila Progresso</u> – estrada geral.
	* <u>Linha São Pedro</u> até a divisa com o Arroio Lagoão (ponte Julio Soares)
15	* <u>Cristo Rei</u> da residência de Otília Carvalho (guarita) até divisa Rio Jacuizinho
10	* <u>Linha Travessão</u> lado Sul da estrada geral.
16	* <u>Linha Tigre</u> estrada geral, ambos os lados, da residência de José Schweighofer até a residência
	de Edemar Sulzbacher.
	* Linha Gorris
	* Linha Feix
	* Linha Bernardy
47	* RST 481 da residência de Marcos Beilke até ponte Arroio Jaquirana.
17	* Linha Barrinha
	* <u>Linha Floresta</u> lado Sul da estrada geral da residência de Lúcia Eichelberger até a residência de
	Eraldo Rabuske.
	* <u>Linha Travessão</u> lado Norte da estrada geral.
	* <u>Linha Ocidental</u> lado Sul da estrada da residência de Irineu Toebe até a residência de Osmar
40	Jank.
18	* Linha Rocinha
	* Linha Guabirova da residência de Leonilda Agnes até a residência de Adriano Arnt.
	* RST 481, ambos os lados, da residência de Roque Speth até a divisa com o município de
	Sobradinho
	* Morro da Lentilha da residência de Luiz Hammerschmitt até a residência de Nelvo Speth





MICROÁREAS ESF RURAL

MICROÁREA	ABRANGÊNCIA				
19	* <u>Lado Sul</u> da estrada geral de Coloninha (entre divisa municipal com Tunas e residência de				
	Lídia de Castro)				
	* Linha Kauztmann				
	* Linha Folmer * Linha Concatto – até residência de Nésio Concatto				
	* <u>Lado Norte</u> do Arroio Lagoão.				
20	* <u>Lado Norte</u> da estrada geral de Coloninha até a residência de Elibio Heringer;				
20	* <u>Divisa com Sitio Novo</u> – até residência de Romilda Alt				
	* Linha Palmital - até residência de Omero Bastos				
	* Linha Cabana – até residência de Danilo Ferreira				
	* <u>Lado Sul</u> – divisa municipal com Tunas;				
21	* Parte de Sítio Alto;				
	* Parte de <u>Sítio Novo</u>				
	* <u>Fão</u>				
	* <u>Linha Papo Roxo</u> -				
22	* Parte de <u>Sítio Novo</u>				
	* Parte de <u>Sítio Alto</u>				
	* Linha Baitaca				
23	* <u>Sítio Baixo</u>				
	Divisa São Pedro (ponte Júlio Soares) subindo em direção ao Sitio Alto da residência de Elton Baierle até a residência de Ademar Fiuza.				
	* Linha Faceira				
24	* Parte de <u>Taboaozinho</u> (lado sul da residência de Darci Folleto);				
24	* <u>Linha Nossa Senhora Aparecida</u> – lado sul do Arroio Lagoão;				
	* Lomba Alta – todo lado leste da estrada geral				
25	* Parte de <u>Taboaozinho</u> (lado norte a partir da residência de Darci Foletto)				
	* <u>Taboaozinho Fundos</u>				
	* Serro dos Milas				
	* Linha das Cobras				
	* Lomba Alta lado oeste da estrada geral.				

1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO:

<u>Descrição sintética</u>: desenvolver e executar atividades de prevenção de doenças e promoção de saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais e coletivas em conformidade com as Diretrizes do SUS e sob supervisão Municipal.

Descrição analítica: Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade de sua atuação; executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva, registrar, para controle das ações de saúde, nascimento, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, estimular a participação da comunidade nas políticas públicas como estratégia da conquista da qualidade de vida à família; participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida; desenvolver outras atividades pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e dá atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espacos comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado, mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das átividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Participar das atividades de educação permanente; Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho e acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea: Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e prevenção de doenças, de acordo com o planejamento da equipe; Cadastrar todas as pessoas de sua microárea, e manter os cadastros atualizados; Desenvolver atividades de promoção





da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme Portaria nº 44/GM, de 03 de janeiro de 2002.

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. PERÍODO: 13/09/2010 a 27/09/2010.
- 2.2. As inscrições serão somente Presenciais.
- 2.3. DA INSCRIÇÃO PRESENCIAL:
- 2.3.1. LOCAL e HORÁRIO: de segunda à sexta-feira, em dias úteis, das 8h às 11h30min e das 13h15min às 17h, na Prefeitura Municipal, Secretaria da Administração, sito na Rua Carlos Ensslin, nº 165, Centro, ARROIO DO TIGRE-RS.
- 2.3.2. Para inscrever-se, o candidato deverá:
 - a) Comparecer no local das inscrições para preencher e entregar formulário de Inscriçõe;
 - b) Comparecer na Tesouraria da Prefeitura Municipal para efetuar o recolhimento, em moeda nacional corrente ou cheque do próprio candidato, a importância referente ao valor da inscrição estipulada neste Edital:
 - c) Apresentar o comprovante do recolhimento do valor da inscrição, que ficará retido junto ao formulário de inscrição;
 - d) Apresentar cópia legível (frente e verso), que será retida, recente e em bom estado do documento de Identidade ou Carteira Profissional, bem como o original, para simples conferência. Não será aceito protocolo deste documento ou ainda cópia autenticada em cartório;
 - e) Apresentar cópia legível do CPF ou do Protocolo do mesmo, que será retida (para o caso em que não conste o referido CPF no documento de identidade), bem como o original do documento apresentado, para simples conferência ou ainda cópia autenticada em cartório;
 - f) O candidato deverá assinalar na ficha de Inscrição a opção pela Microárea onde reside.
 - g) Candidatos com deficiência verificar Capítulo próprio, neste Edital.
- **2.3.3.** Inscrição por procuração: Deverá ser apresentado documento de Identidade do procurador e entregue o instrumento de mandato outorgado através de instrumento público ou particular, contendo poder específico para a inscrição no processo seletivo público, conforme Anexo IV deste Edital. Não há necessidade de reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com apresentação dos documentos indispensáveis à inscrição, original e cópia para autenticação no local, ou cópia autenticada em cartório.

É obrigação do candidato ou seu procurador conferir as informações contidas na Ficha de Inscrição, bem como tomar conhecimento do local, data e horário de realização de cada etapa do processo seletivo público, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento da ficha ou sua entrega.

- 2.4. A inscrição no Processo Seletivo Público implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.
- 2.5. São requisitos para ingresso no serviço público, a serem apresentados quando da contratação:
 - a) Estar devidamente aprovado no processo seletivo público e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
 - b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, no termos do parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
 - c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da contratação:





- d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino).
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego;
- f) Possuir habilitação para o emprego pretendido, conforme o disposto na tabela de empregos, na data da contratação;
- g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de empregos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;
- h) Comprovação de residência que poderá ser feita através de conta de luz, água ou telefone em nome do candidato ou declaração devidamente reconhecida em cartório;
- i) Candidatos com deficiência verificar Capítulo próprio, neste Edital.
- **2.5.1. ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos, tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

2.6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO:

2.6.1. Os candidatos poderão inscrever-se em mais de um cargo (Edital de Concurso nº 001/2010), desde que observados os horários de aplicação da prova escrita, dos mesmos.

Manhã: Agente Comunitário de Saúde.

- 2.6.2. Não serão aceitas inscrições: com falta de documentos, via postal, via fax, por *e-mail*, extemporâneas e/ou condicionais.
- 2.6.3. Antes de efetuar o pagamento da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição. Não haverá devolução do valor da inscrição, salvo se for cancelada a realização do Processo Seletivo Público.
- 2.6.4. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Públicas, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).
- 2.6.5. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.
- 2.6.6. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF Cadastro de Pessoa Física, regularizado.
- 2.6.7. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.
- 2.6.8. Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que utilizar o CPF de terceiro.
- 2.6.9. Após o encerramento do período de inscrições, não serão aceitos pedidos de alterações das opções de emprego.





2.6.10. As informações prestadas na ficha de inscrição (presencial), bem como o preenchimento dos requisitos exigidos serão de total responsabilidade do candidato ou seu procurador.

2.7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

- 2.7.1. Em 15/10/2010 será divulgado edital de homologação das inscrições.
- 2.7.2. O candidato deverá acompanhar esse edital; bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido homologada ou processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.
- 2.7.3. Se mantida a não homologação ou o não processamento, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição.
- 2.7.4. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelo site **www.objetivas.com.br** ou ainda no Painel de Publicações da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os empregos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) das vagas para cada emprego do total das vagas oferecidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei Municipal n°2.074/2010, de 17 de agosto de 2010.
- 3.2. O candidato ao inscrever-se nesta condição, deverá escolher o emprego a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como **deverá entregar no ato da inscrição** os seguintes documentos:
 - a) laudo médico (original ou cópia legível autenticada) emitido há menos de um ano atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência;
 - b) requerimento, solicitando vaga especial, constando o tipo de deficiência e a necessidade de condição ou prova especial, se for o caso (conforme modelo Anexo III deste Edital). O pedido de condição ou prova especial, formalizado por escrito à empresa executora, será examinado para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento, até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, bem como à prova especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.
- 3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 3.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 3.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do processo seletivo público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.
- 3.7. Os candidatos aprovados no processo seletivo público serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.





3.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

CAPÍTULO IV - DA PROVA ESCRITA

- 4.1. O processo seletivo constará unicamente de **PROVA ESCRITA**, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições do emprego.
- 4.2. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem **50% (cinqüenta por cento) ou mais na nota final da prova escrita**.
- 4.3. A prova escrita será aplicada **no município de Arroio do Tigre (RS)**, em data, local e horário a serem informados na homologação das inscrições.

4.4. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

PROVA	DISCIPLINA	N° Questões	Valor por questão	PESO TOTAL
Escrita	Português	10	3,00	30,00
	Matemática	05	1,40	07,00
	Legislação, Conhecimentos Gerais e Específicos	15	4,20	63,00

- 4.5. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada questão da mesma. A nota final da provaescrita, será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.
- 4.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da mesma; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
- 4.7. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição.
- 4.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 4.9. O candidato deverá apresentar no dia da realização da prova o documento de inscrição. A critério da organização do processo seletivo este poderá ser dispensado, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato.
- 4.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 4.11. Na sala de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e acessórios de chapelaria tais como: boné, chapéu, gorro, bem como cachecol ou manta e luvas e, ainda, entrar ou permanecer com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, etc.). Caso o candidato leve arma ou qualquer aparelho eletrônico, deverá depositá-lo na Coordenação, exceto no caso de telefone celular que deverá ser desligado e poderá ser depositado junto à mesa de fiscalização até o final das provas. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.





- 4.12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
- 4.13. Será excluído do processo seletivo o candidato que:
 - a) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
 - b) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando-se de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
 - c) afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
 - d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização.
- 4.14. Candidatos com deficiência ver Capítulo próprio sobre solicitação de condição ou prova especial (caso necessário).
- 4.15. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.16. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.
- 4.17. A identificação, correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 4.18. O candidato que deixar de comparecer à prova será considerado reprovado.
- 4.19. Os programas e/ou referências bibliográficas são os constantes no ANEXO I do presente Edital.
- 4.20. O tempo de duração da prova será de até 3 horas.
- 4.21. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local da prova, munidos de caneta esferográfica azul ou preta ponta grossa.
- 4.22. Durante a prova, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- 4.23. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura dos Processo Seletivo Públicos, a OBJETIVA CONCURSOS poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.
- 4.24. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4.25. A correção das provas será feita por meio eletrônico leitura ótica, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente <u>preenchido e assinado</u>. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão poderá também implicar na eliminação do candidato do certame.





- 4.25.1. Tendo em vista as disposições do Decreto Municipal nº 2.287/10 Art. 33 § 5º e ainda de ser o processo de correção de provas por meio eletrônico leitura ótica, não haverá desidentificação de provas.
- 4.26. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.
- 4.27. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.
- 4.28. O candidato, ao terminar a prova escrita, devolverá ao fiscal da sala, juntamente com o cartão de respostas, o caderno de questões, tendo em vista a obrigatoriedade de arquivo no Município.
- 4.29. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial.
- 4.30. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais não serão fornecidas cópias das provas a candidatos ou instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Processo.
- 4.31. Na mesma data da prova escrita ou em data a ser informada quando da prova escrita, os candidatos interessados poderão ter vista da prova padrão, sob fiscalização.
- 4.32. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, sendo liberados quando concluído.

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS

- 5.1. Será admitido recurso quanto:
 - a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
 - b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas:
 - c) Aos resultados parciais e finais do Processo Seletivo Público.
- 5.2. Todos os recursos, deverão ser interpostos em até 3 (três) dias úteis, a contar da divulgação por edital, de cada evento.
- 5.3. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal, no prazo marcado por Edital, na forma de requerimento, conforme modelo Anexo II deste Edital e deverão conter os seguintes elementos:
 - a) Nº de Inscrição;
 - b) Processo Seletivo de referência Órgão/Município;
 - c) Emprego ao qual concorre;
 - d) Circunstanciada exposição a respeito das questões ou pontos, para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do emprego a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos;
 - e) Razões do pedido de revisão, bem como o total dos pontos pleiteados.
- **5.3.1. Recurso por procuração:** Serão aceitos recursos por procuração desde que apresentado o documento de Identidade do procurador e entregue o instrumento de mandato outorgado através de instrumento público ou particular, contendo poder específico para o pedido de recurso, conforme Anexo IV deste edital. Não há necessidade de reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com apresentação dos documentos necessários, original e cópia para autenticação no local, ou cópia autenticada em cartório.
- 5.4. Os recursos que forem apresentados deverão obedecer rigorosamente os preceitos que seguem e serão dirigidos à Objetiva Concursos Ltda, empresa designada para realização do processo seletivo.





- 5.5. Não se conhecerão os recursos que não contenham os dados acima e os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.
- 5.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou meio eletrônico (e-mail) ou em desacordo com este Edital.
- 5.7. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executora do Processo Seletivo, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos candidatos, independente de terem recorrido, quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.
- 5.8. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

CAPÍTULO VI - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- 6.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à nota obtida na prova escrita.
- 6.2. A lista final de classificação apresentará apenas os candidatos aprovados **por área de atuação, ou seja pela Microárea escolhida, em que resida o candidato.**
- 6.3. Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente dos pontos obtidos.
- 6.4. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:
- 6.4.1. Para os casos em que houver candidatos com idade igual ou superior a **60 (sessenta) anos**, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 Estatuto do Idoso, será ultilizado o critério da maior idade.
- 6.4.2. Após a aplicação deste critério, o desempate ocorrerá, conforme seque:
 - a) obtiver maior nota em legislação, conhecimentos gerais e específicos;
 - b) obtiver maior nota em português;
 - c) sorteio.
- 6.5. O sorteio, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital.
- 6.6. O resultado do sorteio público dar-se-á através do edital de homologação final do Processo Seletivo.

CAPÍTULO VII - DO PROVIMENTO DO EMPREGO

- 7.1. O provimento do emprego obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 7.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto a Prefeitura Municipal.
- 7.3. Os candidatos aprovados terão o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação do ato de contratação para apresentar-se. O candidato que não obedecer este prazo perderá automaticamente a vaga, facultando à Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.





- 7.4. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Concurso, a novo chamamento uma só vez.
- 7.5. O Processo Seletivo terá validade por 2 (dois) anos a partir da data de homologação dos resultados, prorrogável por mais 2 (dois) anos, a critério da Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre.
- 7.6. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de nomeação, a posse no emprego só lhes será deferida no caso de exibirem:
 - a) A documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II item 2.6 deste Edital acompanhada de fotocópia.
 - b) Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do emprego, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.
- 7.7. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso.
- 7.8. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
- 8.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre, em conjunto com a Objetiva Concursos Ltda.
- 8.3. Faz parte do presente Edital:

Anexo I – Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;

Anexo II - Modelo de Formulário de Recurso;

Anexo III - Modelo de Requerimento – Pessoas com Deficiência;

Anexo IV – Modelo de Procuração.

Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre, 10 de setembro de 2010.

MARCIANO RAVANELLO Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se Secretária da Administração





ANEXO I CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PORTUGUÊS

Conteúdo:

1) LEITURA E ANÁLISE DO TEXTO: compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões. Sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia. Coesão, clareza e concisão. Vocabulário. 2) FONÉTICA E FONOLOGIA: letra/fonema. Classificação dos fonemas. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafo. Divisão silábica, acentuação gráfica e ortografia. 3) MORFOLOGIA: classes gramaticais: classificação e flexões. Estrutura e formação de palavras. 4) SINTAXE: introdução à sintaxe (frase, oração e período). Termos da oração. Período simples e composto. Pontuação. Concordância Verbal e Nominal. Regência Verbal e Nominal e crase. 5) PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: uso do porquê, que/quê, onde/aonde, mal/mau, senão/se não, ao encontro de/de encontro a, afim/a fim, demais/de mais, a/há, acerca de/há cerca de, ao invés de/em vez de, à-toa/à toa, dia-a-dia/dia a dia, tampouco/tão pouco, mas/mais, a par/ao par, cessão/sessão/secção e uso do hífen.

MATEMÁTICA

Conteúdo:

1) Conjuntos Numéricos: Naturais e Inteiros: propriedades, operações, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Racionais, Irracionais e Reais – propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau. 3) Sistemas lineares do 1º grau. 4) Polinômios: operações básicas, produtos notáveis, fatoração e equações. 5) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 6) Unidade de medida: comprimento, área, volume, capacidade, massa, tempo. 7) Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo. 8) Matemática Financeira: juros simples; razão; proporção; regra de três; porcentagem. 9) Probabilidade. 10) Estatística. 11) Funções: polinomial do 1ª e 2ª grau. 12) Raciocínio lógico. 13) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Conteúdo 1 - Conhecimentos Gerais: noções de cidadania e de consciência ecológica.

Conteúdo 2 - Legislação e Conhecimentos Específicos:

1) Saúde da mulher. 2) Saúde da criança. 3) Saúde do adulto. 4) Saúde do idoso. 5) Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. 6) O trabalho do agente comunitário de saúde. 7) Imunologia. 8) O programa de saúde da família. 9) Calendários de Vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. 10) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais Art. 5° a 11. Da nacionalidade Art. 12 e 13. Da Organização do Estado Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes Art. 59 a 83. Da Ordem Social Art. 193 a 204 Art. 225. Do Meio Ambiente Art. 226 a 230. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso).
- BRASIL. **Lei nº 8.080/90**, de 19/09/1990 Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 8.142/90**, de 28/12/1990 Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde SUS e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Crianca e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º/10/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. Portaria nº 648, de 28/03/2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica.
- ARROIO DO TIGRE. Lei Orgânica do Município e emendas.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Capítulo I, Capítulo II, Capítulo IV. Capítulo IV.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O Agente Comunitário de Saúde no Controle da Dengue.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Acompanhamento a Saúde da Mulher. Parte I. Gestação, Parto e Puerpério.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Livro da Família. Aprendendo sobre Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Carências de Micronutrientes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: HIV/Aids, hepatites e outras DST.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta da Criança 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da Criança.





- BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário de Vacinação do Adolescente.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Educação em Saúde Diretrizes.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Epidemiologia e Serviços de Saúde. Vol. 15. Exemplar 1, 2 e 3.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão Municipal de Saúde Lei, normas e portarias atuais.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa de Saúde da Família.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Técnico para o Controle da Tuberculose.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Tuberculose: Guia de Vigilância Epidemiológico.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias**: guia de bolso. Brasília: 2005.
- RIO GRANDE DO SUL SSMA Normas Técnicas e Operacionais Ações em Saúde da Criança.
- Manuais e livros diversos com os conteúdos indicados.





ANEXO II - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO FORMULÁRIO DE RECURSO

Para Objetiva Concursos Ltda PORTO ALEGRE – RS		
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO (non Nº de INSCRIÇÃO:EMPREGO:		e)
TIPO DE RECU	IRSO - (Assinale o t	ipo de Recurso)
() CONTRA INDEFERIMENTO DE IN () CONTRA GABARITO DA PROVA () CONTRA RESULTADO PROVA E	OBJETIVA	Ref. Prova objetiva Nº da questão: Gabarito Preliminar/Oficial: Resposta Candidato:
Justificativa do candidato – Razões do F	Recurso	
	-	
Reproduzir a quantidade necessária. Preenche vias, uma via será devolvida como protocolo. Data://	r em letra de forma ou	digitar e entregar este formulário em 02 (duas
Assinatura do candidato	Assinatu	ra do Responsável p/ recebimento





REQI	JERIMENTO – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Processo Seletivo Público:	Município/Órgão:
Nome do candidato:	
Nº da inscrição:	Emprego:
,	ecial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA , apresentou LAUDO dados abaixo, com base no laudo):
Tipo de deficiência de que é po	ortador:
Código correspondente da Cla	ssificação Internacional de Doença - CID
Nome do Médico Responsável	pelo laudo:
	os como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de a, astigmatismo, estrabismo e congêneres)
	ção das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova tivo, discriminar o tipo de prova necessário)
() NÃO NECESSITA DE PRO	OVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL
() NECESSITA DE PROVA E	SPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)
É obrigatória a apresentação	de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento.
	(Datar e assinar)
	assinatura





ANEXO IV MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Eu,			, Carteira
de Identidade nº	, residente e do	omiciliado na rua	
nº, ap	, no bairro	, na cidade de	-
nomeio e constituo			, Carteira de Identidade
nº,	como meu procurador, co	m poderes específicos para	a realizar inscrições/interpor
recursos, no Processo	Seletivo Público – Edital nº	, para o emprego d	e
realizado pela	·		
	Município	do	do 20

Assinatura do Candidato

